

AS CONVERSAS ESCRITAS NOS GRUPOS DE WHATSAPP DE SALAS DE 3º ANO DO ENSINO MÉDIO COMO RECURSO PARA A FORMAÇÃO POLÍTICA DOS ALUNOS

WRITTEN CONVERSATIONS IN WHATSAPP GROUPS IN 3RD YEAR HIGH SCHOOL CLASSROOMS AS A RESOURCE FOR STUDENTS' POLITICAL EDUCATION

LAS CONVERSACIONES ESCRITAS DE LOS GRUPOS DE WHATSAPP EN LOS SALONES DE 3ER AÑO DE EDUCACIÓN SECUNDARIA COMO RECURSO PARA LA FORMACIÓN POLÍTICA DE LOS ALUMNOS

Rosangela Eliana Bertoldo Frare¹

Resumo: Este texto refere-se ao recorte de um estudo de Doutorado em Educação. Objetiva apresentar a formação política como uma das possibilidades de formação emergentes da dinâmica da pesquisa. Para isso, são utilizados os registros das conversas escritas nos grupos de WhatsApp de turmas de alunos do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública estadual paulista. Evidencia-se que os grupos de WhatsApp se constituíram ferramentas facilitadoras de diálogos e as conversas escritas consolidaram-se em ricas discussões, contribuindo para a formação política dos alunos.

Palavras-chave: Formação política; grupos de whatsapp; educação.

Abstract: This text is an excerpt from a study in a Doctorate in Education. It aims to present political education as one of the education possibilities emerging from the research dynamics. For this, records of conversations written in the WhatsApp groups of classes of the 3rd year of High school in a public school of the state of São Paulo are used. It becomes evident that the WhatsApp groups were tools to facilitate dialogues and the written conversations were consolidated into rich discussions, contributing to the political education of students.

Keywords: Political education; whatsapp groups; education.

Resumen: Este texto hace referencia a una parte de un estudio del Doctorado en Educación. Objetiva el presentar la formación política como una de las posibilidades formativas emergentes de la dinámica de investigación. Para ello, se utilizaron los registros de conversaciones escritas de conjuntos de alumnos de 3er año de Educación Secundaria de una escuela pública del Estado de São Paulo en los grupos de WhatsApp. Se evidencia que los grupos de WhatsApp se constituyeron en herramientas facilitadoras de los diálogos y las conversaciones escritas se consolidaron como discusiones ricas que contribuyeron en la formación política de los alumnos.

Palabras clave: Formación política; grupos de whatsapp; educación.

Introdução

Atuando como professora de uma escola pública do estado de São Paulo, presenciei² a intensificação de avaliações externas na rede, bem como de prescrições referentes a elas, que reduziam o objetivo do trabalho docente à obtenção de resultados em tais avaliações para o atingimento de metas. Tais questões trouxeram-me inquietações, suscitando a definição do objeto de

¹ Secretaria de Educação do Estado de São Paulo – SEE/SP

² Por se tratar de um recorte de uma pesquisa da própria prática o texto será escrito de modo narrativo.

estudo de uma pesquisa de Doutorado em Educação³. Constituiu-se uma pesquisa da própria prática, de abordagem qualitativa, e que teve como foco a investigação de como as prescrições referentes às avaliações externas afetavam a professora de Matemática e os alunos do 3º ano do Ensino Médio⁴.

Este texto refere-se a um recorte do referido estudo. Objetiva apresentar a formação política como uma das possibilidades de formação emergentes da dinâmica da pesquisa, a partir de conversas escritas realizadas nos grupos de *WhatsApp*. A finalidade da utilização desse recurso foi conhecer mais sobre os alunos, seus interesses, suas visões em relação às aulas de Matemática e às propostas que estavam sendo desenvolvidas nelas, proporcionar um espaço de discussões que na sala de aula nem sempre eram possíveis e, além disso, promover interação. Em meio às conversas sobressaiu-se a questão das avaliações externas e dos fatos da atualidade envolvendo educação e política.

Desse modo, os dados apresentados foram produzidos no decorrer do ano de 2016 e correspondem aos registros das conversas nos grupos de *WhatsApp* de duas turmas de alunos do 3º ano do Ensino Médio, nas quais eu lecionava a disciplina de Matemática. Com a ampliação do uso da tecnologia, os recursos virtuais passaram a ser adotados pela pesquisa qualitativa como uma forma de produção de dados, possibilitando que a comunicação seja deslocada espacial e temporalmente, não sendo necessário estar no mesmo espaço e tempo para observar os participantes de um grupo, por exemplo. O pesquisador insere-se no mundo social dos participantes e a observação se dá pela leitura das mensagens enviadas (FLICK, 2009). Para a análise foram escolhidos excertos relevantes condizentes ao objetivo almejado.

Assim, na sequência, trago alguns pressupostos teóricos sobre o papel da escola na formação política dos alunos. Posteriormente apresento e analiso excertos das conversas escritas nos grupos de *WhatsApp* envolvendo três questões: envio de provas pela Secretaria da Educação; Reforma do Ensino Médio; e a ocupação de escolas como forma de protesto. Ao final, teço algumas considerações.

O papel da escola na formação política dos alunos

A escola precisa ser um espaço de educação libertadora, conforme defendia Paulo Freire, e não alienadora. A formação política dos alunos é uma das suas funções. Assim como a escola é um produto da sociedade em que ela está inserida, ela pode produzir uma sociedade mais consciente das políticas públicas e dos direitos como cidadãos, podendo transformá-la. Os alunos precisam conhecer a realidade dos fatos, questioná-los, refletir sobre eles e aprender a tirar suas próprias conclusões, perder a ingenuidade. É necessário colocá-los a par das questões que afetam a educação, incitá-los a discutir sobre o que já está posto ou o que ainda está por vir. Assim, a escola pode contribuir com uma das dimensões da formação humana plena (DALBEN, 2016).

Conforme apontam Lima e Silva (2017), as ideologias capitalistas vêm disseminando uma ideia de que a escola não deve se preocupar com política. No entanto, ela está por toda a parte e a escola não pode se ausentar desse tema. Ruiz (2003) defende que é urgente a politização, tanto de professores como de estudantes, pois ambos precisam compreender como as coisas funcionam, para que possam agir. A escola, ao mesmo tempo em que pode ser espaço de reprodução das ideologias do sistema, pode vir a se tornar fonte de superação.

Para Severino (2010, p. 68), a escola é o local adequado para o processo de ideologização, por parte de grupos detentores de poder. Contudo, cabe a ela entender a importância de “investir na explicitação desses compromissos ideológicos e na crítica a eles”, o que faz com que seja

³ FRARE, Rosangela Eliana Bertoldo. **Descortinando os bastidores da sala de aula do 3º ano do Ensino Médio:** as prescrições referentes às avaliações externas. 2019. 266p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2019.

⁴ Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade São Francisco, sob o parecer 1.509.625.

também um local de elaboração de discursos contraideológicos e de tomada de consciência social. Entendo que, também, de elaboração de consciência política. A função da escola, na visão de Lima e Silva (2017), não pode ser a de treinar, a de transmitir conhecimento para a execução de determinadas tarefas, mas a de educar, a de preparar os sujeitos para argumentar, criticar, conhecer, decidir e intervir na realidade. Só assim teremos sujeitos com o poder de agir, para impedir que a educação pública afunde ainda mais.

Zeichner e Diniz-Pereira (2005, p. 75) enfatizam que “precisamos desempenhar um papel politicamente consciente em qualquer esfera que se escolha trabalhar, que examinemos as implicações sociais e políticas das nossas ações e, finalmente, que atuemos de modo a promover os valores democráticos”. Assim, não tem como o professor ser neutro, pois suas escolhas em sala de aula revelam um compromisso com a transformação social, com o crítico e o político. Sua arma nesse cenário é o conhecimento, que deve ser usado para formar seus alunos para que tenham condições de tomar decisões e agir na sociedade.

Ruiz (2003, p. 62) ressalta que é imprescindível que os professores problematizem as questões e não se calem diante das injustiças; que lutem por uma sociedade democrática e coletiva, ao invés de reproduzir “a lógica do sistema no interior das escolas através de seleções, de exclusões, de estímulo à individualidade e à competitividade”. Entende que os profissionais da educação não podem agir de maneira imparcial, focar apenas nos conteúdos, métodos e técnicas, e ser alheios às questões sociais e políticas, ser omissos.

Na visão do autor supracitado, é papel dos docentes instrumentalizar seus alunos para que sejam críticos, não se sujeitem aos interesses das políticas públicas. Somente estudantes politizados terão elementos para problematizar e lutar por melhorias no âmbito escolar ou social. O professor precisa se posicionar diante das questões de ordem política, assumindo a não neutralidade de seu trabalho, usando a educação como instrumento de luta, ofertando aos seus alunos condições para que superem o senso comum, sem o desconsiderar, e alcancem a consciência crítica sobre os fatos. Assim, ele estará assumindo um papel político na educação. Para isso, faz-se necessário, ainda, ao professor, “problematizar a educação, buscando o porquê e o para quê do ato educativo; mais que isso, sua tarefa é a de quem incomoda, de quem evidencia e trabalha o conflito, não o conflito pelo conflito, mas o conflito para sua superação dialética” (RUIZ, 2003, p. 62).

“A educação não é uma questão puramente técnica, tecnológica, mas ela é também um fenômeno político, ideológico” (FREITAS, 1997, p. 16). Sobretudo, “a educação não é um mero ‘valor agregado’ à pessoa em formação. Ela é *constitutiva* da pessoa. É o processo pelo qual, através da mediação social, o indivíduo internaliza a cultura e se constitui em ser *humano*” (PINO, 2002, p. 57, grifos originais). Desse modo, educação precisa tanto possibilitar condições para a aprendizagem de conceitos quanto proporcionar discussões e reflexões sobre questões sociais, educacionais e políticas atuais. Nesse sentido, como pontua Freire (1996), a educação é uma forma de intervenção no mundo. E para intervir no mundo, os alunos precisam ser mobilizados e as verdades precisam ser desvendadas. Assim, a prática educativa, ao invés de ocultar a verdade, deve desocultá-la. Logo, é impossível que ela seja neutra, descomprometida e apolítica (FREIRE, 2001).

Para Ravitch (2011), com a ideologia das políticas educacionais atuais, focadas em obtenção de resultados em avaliações externas, as possibilidades de formação humana dos jovens vêm sendo restritas a dimensão cognitiva, camuflando outras, ao que inclui a formação política. Ao proporcionar espaços de discussões nos grupos de WhatsApp das salas, ao instigá-los a opinar sobre as avaliações externas e outros assuntos da atualidade, envolvendo educação e política, eu pretendia ir contra essa lógica.

As conversas nos grupos de WhatsApp

Durante a pesquisa, em uma conversa no grupo do *WhatsApp*, questionei os alunos sobre o envio de avaliações pela Secretaria de Educação Estadual, como a Avaliação da Aprendizagem em Processo (AAP)⁵ realizada no 1º bimestre. Os alunos chegaram a discussões mais amplas a respeito de educação e política, como evidencia o Quadro 1.

Professora: *Pessoal, gostaria que vocês escrevessem o que pensam a respeito das provas que a Secretaria da Educação manda (a AAP que vocês fizeram hoje). Pra que vocês acham que elas servem? [...]*

Wesley: *A prova é uma boa forma de nos avaliar, mas os professores sabem da capacidade de cada aluno, e não sei pra que tudo isso se o governo está pouco se lixando com a educação.*

Jéssica: *Manda as provas pra falar que está se importando.*

Professora: *Por que você acha que o governo está pouco se lixando com a educação, Wesley?*
[...]

Luilly: *Professora, sinceramente eles não dão o apoio necessário, tanto para professor quanto para alunos! [...] Deveriam dar mais assistência não só mandando provas, mas dando mais valor ao trabalho do professor que muitas vezes faz mais do que deve.* [...]

Laura: *[...] acho que o governo só dá essas provas para ter noção das estatísticas, de cada lugar e escola. Concordo muito com o que o pessoal estava falando, o governo não se importa com a qualidade e sim quantidade. Nossa escola está ótima perto de outras, mas por ser estadual segue critérios obrigatórios. A prova serve para ver como estamos indo, mas penso que nem ligam para isso.* [...]

Professora: *Mas será que a estatística mostra realmente como o país está? Se a educação está sendo boa? Se o país está se desenvolvendo?*

Laura: *Eles querem mesmo é que os alunos não saibam sobre política, para depois não terem opiniões formadas sobre o nosso país, e assim ficarem dependentes dos governadores corruptos que nós temos.* [...]

Quadro 1: Discussão sobre educação a partir do envio de provas pela Secretaria da Educação

Fonte: Arquivo da professora-pesquisadora (Grupo do *WhatsApp*, 3º B, 19/05/2016)

Após dizerem suas opiniões sobre a prova que haviam realizado, os alunos começaram a discutir sobre a política brasileira. O País passava na época por um momento conturbado politicamente, com escândalos sobre a corrupção vindos à tona. Para eles, além de avaliar, as provas são para mostrar que os políticos se importam com a educação. Falam do foco na quantidade ao invés da “qualidade”, do uso dos dados estatísticos, da escola que tinham. Suas falas são indícios de terem consciência do quanto há muito que se investir em educação, do peso das estatísticas geradas a partir das avaliações.

Ainda que as AAPs fossem consideradas “uma boa forma de avaliar”, como disse Wesley, havia um entendimento de que, como ele mesmo enfatizou, “os professores sabem da capacidade de cada aluno”, ou seja, conforme afirma Freitas (2016), certamente o professor sabe muito mais a respeito do que acontece com a sua escola e sua sala de aula do que uma avaliação externa pode mostrar. As notas não vão transcrever o que realmente acontece dentro

⁵ Avaliação implantada na rede estadual em 2011, com caráter diagnóstico, aplicada apenas uma vez por ano, para algumas turmas, passando a ser bimestral e para todas as turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio em 2016. Avalia as competências e habilidades do Currículo previstas para o bimestre.

das quatro paredes de uma sala de aula, não vão indicar o que realmente o aluno aprendeu e qual foi o seu desenvolvimento durante a escolarização básica.

Como disse Laura, “*o governo só dá essas provas pra ter noção das estatísticas, de cada lugar e escola*”, indicando que as estatísticas trazem consequências posteriores, mas não vão ajudar a educação a melhorar. “*O governo não se importa com qualidade e sim com quantidade*”, ou seja, com os números e não com o que realmente o aluno aprendeu, e continua, cada vez mais, aplicando avaliações externas, em nome de uma tão desejada “educação de qualidade”. Entretanto, para Ravitch (2011, p. 254), o objetivo da escola não deveria ser produzir números, mas educar, e que “o incessante foco nos dados que se tornou lugar-comum nos últimos anos está distorcendo a natureza e a qualidade da educação”. Para alguns alunos, como a própria Laura, a “*escola ainda está ótima perto de outras, mas por ser estadual segue os critérios obrigatórios*”. Podemos citar como alguns desses critérios: a realização das avaliações externas, a preparação para a obtenção de resultados numéricos satisfatórios, o cumprimento das prescrições e dos interesses de uma política educacional estadual, pautada no neoliberalismo, na lógica da empresa.

Quando Laura mencionou que “*a prova serve para ver como estamos indo, mas penso que eles nem ligam pra isso*”, estava coberta de razão. Serve para apenas “ver” como os alunos estão, se foram bem preparados e adquiriram todas as “competências e habilidades” de Língua Portuguesa e Matemática que caíram na prova, afinal parece ser esta a maior preocupação da Secretaria da Educação. Preocupa-se em “ver” resultados, sem se importar se realmente houve aprendizagem, se os alunos avançaram, se houve apropriação de conhecimentos. Ter resultados para “ver” não significa ter havido aquisição de saber.

Talvez os alunos estivessem certos em dizer, como fez Laura, que o que as políticas educacionais “*querem mesmo é que os alunos não saibam sobre história e política, pra depois não, terem opiniões formadas sobre o nosso país, e assim ficarem dependentes dos governadores corruptos que nós temos*” . Como aponta Ravitch (2011), por não terem conhecimento e compreensão, as pessoas tendem a se tornarem espectadoras passivas ao invés de participantes ativas nas decisões. A educação, tal qual a forma que ela for conduzida, afeta a economia, o social, o cultural. O conhecimento dá poder às pessoas. Se a educação continuar focando apenas as habilidades básicas em Língua Portuguesa e Matemática que cairão nos testes e negligenciar conhecimentos das diversas outras áreas, a aquisição de poder a partir do conhecimento será impossível.

Há, portanto, um consenso entre os alunos de que o governo estadual “*manda as provas só pra falar que está se importando*”, como disse a Jéssica. Para muitos, assim como Luilly, “*eles não dão o apoio necessário, tanto para professor quanto para aluno! [...] deveriam dar mais assistência não só mandando provas, mas dando mais valor ao trabalho do professor que muitas vezes faz mais que deve*”. Segundo Torrezan (2018, p. 281), “não faz sentido uma política de avaliação sem sua devida contrapartida e oferta de condições adequadas para o trabalho nas escolas”.

Assim, na visão dos alunos, o governo estadual e os políticos, de modo geral, deveriam não apenas mandar provas, mas sim, dar o devido valor à educação; ter mais apreço ao trabalho cada vez mais intenso, sobrecarregado e, muitas vezes, precário, do professor; apoiar os alunos, entre outras tantas questões tão importantes quantos essas. Convém destacar que enquanto a discussão acontecia, eu fazia alguns questionamentos para mobilizar os alunos a pensar sobre algumas de suas colocações, deixando de ter um papel neutro.

Outra ocasião de ricas discussões refere-se a quando questionei os alunos a respeito da notícia que circulava pelas mídias sobre uma reforma do Ensino Médio, conforme os episódios trazidos no Quadro 2. Ao mesmo tempo em que eu almejava saber o que eles pensavam, se concordavam com a proposta, tinha a intenção de deixá-los cientes do que estava acontecendo e levá-los a uma reflexão.

Professora: *Pessoal, alguém ouviu falar desde o final da semana passada sobre uma reforma no Ensino Médio? O que vocês pensam a respeito disso? [...]*

Amanda: *Muita coisa sem necessidade. Eu acho que não deveria tirar educação física, pois é um incentivo para os alunos não serem sedentários. E também ninguém merece ficar preso na sala de aula os 5 dias da semana [...] E arte também não [...].*

Mateus: *Não concordo em tirar arte das matérias básicas, até porque somos todos conectados à arte, na arte em forma de músicas, por exemplo [...] Quanto a escolher qual caminho seguir eu não sei se vai ficar bom. No ensino médio a nossa cabeça muda muito, então, no terceiro talvez eu não deseje ingressar na mesma área/emprego que quando era do primeiro ano. [...]*

Amanda: *Acho que seria muito mais útil se fosse assim. Porque ele poderia se dedicar naquilo em que ele queria se especializar. Iria ser mais atento e frequentar mais as aulas [...] E quando é a matéria que a gente gosta mais ou é o que queremos, o desempenho é maior.*

Jucelena: *O Ensino Médio tem muito a ser melhorado... Tirar matérias não faz com que o ensino fique melhor [...] Com relação ao aluno se aprofundar na matéria que goste, acho uma proposta interessante, pois assim ninguém poderia reclamar de estar fazendo o que não gosta. [...] Eu acho que não deveria tirar nada [...] Deveriam investir mais e parar de “inventar moda”. [...]*

Laís: *Também acho que não deveria tirar nenhuma matéria. Todas um dia serão úteis! E quanto a escolher as matérias, também acho errado, pois precisamos de todas.*

Quadro 2: Discussão sobre a reforma do Ensino Médio

Fonte: Arquivo da professora-pesquisadora (Grupo do WhatsApp, 3º A, 28 e 29/09/2016)

Propus a conversa logo que foi divulgada a Medida Provisória (MP) nº 746, de 22 de setembro de 2016, primeira versão da Reforma do Ensino Médio. Por estarem no último ano do Ensino Médio, os alunos participantes da pesquisa não vivenciariam tal mudança, mas não havia ninguém melhor do que eles, que estavam concluindo essa etapa de ensino, para falar sobre, dar opiniões, criticar a nova proposta, apontar o que está bom e o que não está, o que precisa ser mudado e o que não pode ser.

Analisando as suas falas, fica evidente que eles avaliam dois pontos da nova proposta para o Ensino Médio. A primeira questão que apontam é a não obrigatoriedade de determinadas disciplinas. Como Amanda e Mateus, respectivamente, outros defendiam que “*não deveria tirar educação física, pois é um incentivo para os alunos não serem sedentários*” e não concordavam “*em tirar arte das matérias básicas até porque somos todos conectados à arte, em forma de música, por exemplo*”. Como concluiu Laís “*não deveria tirar nenhuma matéria. Todas um dia serão úteis!*”.

A segunda questão é a da escolha de uma área do conhecimento pelos alunos para se aprofundarem. Nesse quesito, houve uma variedade de opiniões. Mateus, por exemplo, advertiu que: “*Quanto a escolher qual caminho seguir eu não sei se vai ficar bom. No ensino médio a nossa cabeça muda muito, então, no terceiro talvez eu não deseje ingressar na mesma área/emprego que quando era do primeiro ano*”. Contudo, Amanda, defendeu a proposta da MP de que o aluno escolha o itinerário formativo, dizendo que “*seria muito mais útil se fosse assim. Porque ele poderia se dedicar naquilo em que ele queria se especializar. Iria ser mais atento e frequentar mais as aulas [...] E quando é a matéria que a gente gosta mais ou é o que queremos, o desempenho é maior*”. Assim, se por um lado, havia uma preocupação com as consequências da escolha prematura de um itinerário de formação, e uma compreensão de que todas as áreas têm relevância para o desenvolvimento do aluno e por isso o aprofundamento não pode ser em uma só; por outro, havia um entendimento de que o aluno se compromete mais com os estudos quando escolhe o campo que tem mais afinidade.

Com relação à decisão prematura dos alunos por uma área de especificidade, Oliveira (2017, p. 34, grifos originais) indica que isso pode estar impedindo preferências e interesses de estudo. “Não é o caso, consequentemente, de *negar* que a criança deva ter a liberdade para seguir suas predileções, mas de *assegurar* que, antes de sua opção, ela tenha tido a oportunidade de experimentar a maior variedade possível de tipos de saber”.

A discussão levantou uma questão muito mais ampla que são as políticas públicas. Conforme Jucelena, o Ensino Médio precisava ser melhorado e, principalmente, “*deveriam investir mais e parar de ‘inventar moda’*”. Fica claro que estavam descontentes com o modo como esse tipo de ensino estava organizado, que ele carecia de investimento, não simplesmente inventar medidas, que podiam resultar em avanço algum.

Dias depois, aproveitando que o Enem se aproximava e havia escolas, em que a prova seria realizada, que estavam ocupadas por alunos em forma de protesto contra a Reforma de Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, também chamada de PEC 55, que estabelecia um teto para os gastos públicos por 20 anos, instiguei os alunos a pensar sobre tal atitude, como indica o Quadro 3.

Professora: E por falar em Enem, vocês devem ter ouvido falar que em algumas escolas estão ocupadas pelos alunos o Enem será em outro dia e também houve um boato sobre o adiamento da prova para dezembro. [...] Gostaria também de saber o que vocês pensam sobre a atitude desses alunos que estão ocupando as escolas como forma de protesto.

Jéssica: Eu acho que se isso resolvesse algo já teria resolvido.

Sayuri: Só uma pergunta: Por que estão ocupando as escolas? Estou por fora...

Professora: Contra a reforma do Ensino Médio e a PEC 241, que prevê corte nos gastos, principalmente com educação.

Sayuri: [...] Todos precisam correr atrás dos seus direitos. Daqui alguns anos não teremos mais Educação em nosso país e pelo jeito é isso que o governo quer. Era pra sermos um bom país em vários aspectos.

Amanda: A educação era para estar em primeiro lugar. Quando eles [os políticos] fazem campanha em época de eleição, todos dizem que o investimento maior será em educação e saúde. Mas como sempre, a educação afunda mais e mais [...]. Sorte de quem pode ir pra uma escola que seja paga ou de Ensino Superior, porque a escola do governo... Eles só querem saber da presença em sala de aula, quanto a progresso aí, não há interesse. [...] Por isso, cada vez mais gente passa fome, porque não teve um bom estudo pra ter boa profissão e sustentar a família. Já está ruim, agora estão interferindo mais ainda, pra cortar mais ainda. Valha-me Deus! Quando tivermos filhos vão ter que estudar pelo PC [computador] porque não vai ter professores capacitados, matérias pra estudar ou pelo menos uma escola que se possa frequentar!

Quadro 3: Discussão sobre educação a partir da ocupação de escolas como forma de protesto

Fonte: Arquivo da professora-pesquisadora (Grupo do WhatsApp, 3º A, 03/11/2016)

A partir dessa conversa, foi possível perceber que nem todos os alunos tinham conhecimento do que estava acontecendo, como mostra a fala da Sayuri – “*Por que estão ocupando as escolas? Estou por fora....*” –, embora fosse um assunto já bastante abordado pela mídia. Assim, apesar de ter a intenção de suscitar uma reflexão sobre o acontecimento, propiciei a abertura de um espaço em que alguns alunos foram postos a par da situação.

Alguns expressaram ser desfavoráveis ao modo de protesto, como Jéssica, que pensava “*que se isso resolvesse algo já teria resolvido*”, que o ato era em vão. Contudo, os alunos,

principalmente os jovens, precisam ser ouvidos. Às vezes até lhes é dado voz, mas suas falas são abafadas, esquecidas, distorcidas pela mídia, ou pelas políticas públicas.

Na visão de Sayuri, “*todos precisam correr atrás dos seus direitos. Daqui alguns anos não teremos mais Educação em nosso país e pelo jeito é isso que o governo quer*”. A educação é um direito, mas cada vez mais se transforma em serviço. Cada vez mais a educação está sendo deixada de lado pelas políticas públicas, conforme a fala de Amanda. Para a aluna, “*a educação era para estar em primeiro lugar. Quando eles [os políticos] fazem campanha em época de eleição, todos dizem que o investimento maior será em educação e saúde. Mas como sempre, a educação afunda mais e mais [...] Já está ruim, agora estão interferindo mais ainda, pra cortar mais ainda...*” Isso parecia ser motivo de preocupação para ela a ponto de exclamar: “*Valha-me Deus! Quando tivermos filhos vão ter que estudar pelo PC [computador] porque não vai ter professores capacitados, matérias pra estudar ou pelo menos uma escola que se possa frequentar!*” Refletir sobre o presente e o passado para antever o futuro foi o que Amanda fez nesse excerto. Por isso é tão importante investir na formação política dos alunos nas escolas.

Algumas considerações

Ao longo da produção dos dados da pesquisa, muitas vezes, uma fala ou um questionamento sobre as avaliações externas ou sobre fatos da atualidade, envolvendo educação e política, culminava em ricas discussões. Isso ocorria, sobretudo, nos grupos de *WhatsApp* das salas, conforme apresentado no decorrer do presente texto. Os alunos participantes da pesquisa tinham muito a dizer, a criticar, mas também careciam de mais situações que lhes possibilitassem a conscientização, a desnaturalização de algumas ideias, a reflexão em torno do cenário educacional em que estavam imersos.

Pude perceber o quanto os alunos ainda desconheciam muitas questões que envolviam a sua vida escolar, o quanto não havia momentos para discussões como estas que lhes foram proporcionadas nas conversas dos grupos do *WhatsApp*. Não havia espaços para fazê-los refletir sobre a realidade da educação brasileira, sobre em que isso os afetava. Esse processo de politização não era algo comum na escola, sequer nas minhas aulas. Foi impulsionada pela dinâmica de pesquisa na minha própria prática. Nesse contexto, os envolvi em um verdadeiro movimento de politização, para que conhecessem as questões de políticas públicas educacionais, refletissem a respeito, expressassem suas ideias, para que um dia, talvez, pudessem transformar suas realidades.

O grupo de *WhatsApp* constitui-se uma ferramenta facilitadora dos diálogos em momentos em que não estávamos na sala de aula, viabilizando a interação, a reflexão, a mobilização dos alunos sobre várias questões. As conversas escritas também possibilitaram que alunos que não se manifestavam na sala de aula, se sentissem à vontade para expressarem suas opiniões. O fato de “pôr em discussão”, em diálogo nos grupos, os assuntos relacionados às políticas educacionais que aconteciam no País naquele momento ou que eles estavam vivenciando na escola com relação às avaliações externas e suas implicações, provocou neles estranhamentos, reflexões, conscientização, condições para deixarem de ter um pensamento ingênuo diante dessas questões. Possibilitou-lhes sair da Educação Básica, sabendo opinar sobre as decisões de seus governantes, refletir sobre elas, dialogar, ter voz e ouvir outras opiniões.

Entendo que o trabalho da escola precisa ser muito mais voltado para uma formação ampliada, para além da aprendizagem de conteúdos para as provas, e que, para isso, os professores têm um papel fundamental. Acredito que, para formar politicamente seus alunos de modo efetivo, ela precisa colocá-los a par das políticas públicas voltadas à educação, instigando problematizações e reflexões a respeito da real intenção do sistema. Se continuarmos a ensinar

somente o que vai cair nas avaliações externas, não estaremos contribuindo para a formação de jovens mais conscientes sobre nossos problemas, preparados para agir na sociedade.

Referências

- DALBEN, Adilson. Caminhos da construção de uma avaliação institucional participativa. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 27, n. 65, maio/ago. 2016, p. 346-374. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/3919>. Acesso em: 20 out. 2018.
- FLICK, Uwe. Pesquisa qualitativa online: a utilização da internet. In: *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 238-253.
- FRARE, Rosangela Eliana Bertoldo. *Descontinando os bastidores da sala de aula do 3º ano do Ensino Médio: as prescrições referentes às avaliações externas*. Tese (Doutorado em Educação). 2019. 266 p. Itatiba, SP: Universidade São Francisco, 2019.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Política e educação*: ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREITAS, L. C. Avaliação: construindo o conceito. *Ciência & Ensino*, Piracicaba, n. 3, p. 16-19, dez. 1997. Disponível em: <http://200.133.218.118:3535/ojs/index.php/cienciaeensino/article/view/24>. Acesso em: 17 jan. 2018.
- FREITAS, Luiz Carlos de. A importância da avaliação: em defesa de uma responsabilização participativa. *Em Aberto*, Brasília, v. 29, n. 96, p. 127-139, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2602>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- LIMA, P. O.; SILVA, F. J. D. A relação entre política e a escola. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU. 4., 2017, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa, 2017, p. 1-12. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/anaisanteriores.php>. Acesso em: 08 jan. 2019.
- OLIVEIRA, F. B. Entre reformas: tecnicismo, neotecnicismo e educação no Brasil. *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, Seropédica, v. 8, n. 16, p. 19-39, jun./dez. 2017. Disponível em: <http://www.ufrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=article&op=view&path%5B%5D=3743>. Acesso em: 05 jan. 2018.
- PINO, Angel. Psicologia concreta de Vigotski: implicações para a Educação. In: PLACO, V. M. N. S. (Org.). *Psicologia & Educação*: revendo contribuições. São Paulo: Educ, 2002. p. 33-61.
- RAVITCH, Diane. *Vida e morte do grande sistema escolar americano*: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Trad. M. Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- RUIZ, M. J. F. O papel social do professor: uma contribuição da filosofia da educação e do pensamento freireano à formação do professor. *Revista Iberoamericana de Educación*, Madri,

Espanha, v. 33, p. 55-70, 2003. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/issue/view/74>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Formação política do adolescente no ensino médio: a contribuição da filosofia. *Pro-Posições*, Campinas, v. 21, n. 1, p. 57-74, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643370>. Acesso em: 19 jan. 2019.

TORREZAN, Hayla Emanuelle. *Desdobramentos do SARESP na prática docente*: percepções de professores e coordenadores pedagógicos de escolas estaduais paulistas. 2018. 327f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, SP, 2018.

ZEICHNER, K. M.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Pesquisa dos educadores e formação docente voltada para a transformação social. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 63-80, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Zx9H96h48wrzY7DsrggHTQq/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2019.

Sobre a autora

Rosangela Eliana Bertoldo Frare. Possui Graduação em Matemática – Faculdades Integradas de Amparo (2004) –, Mestrado em Educação pela Universidade São Francisco (2015) e Doutorado em Educação na mesma Universidade (2019). É professora na rede pública do estado de São Paulo, atualmente designada como vice diretora na E. E. Monsenhor Honório Heinrich Bernard Nacke. Tem experiência na área de Matemática. Participa do Grupo Colaborativo em Matemática (GRUCOMAT) da Universidade São Francisco – Itatiba.

E-mail: robertoldo81@hotmail.com.